

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 4.919, DE 2023

Acrescenta art. 49-A, à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), com o objetivo de vedar a realização de cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço.

Autor: Deputado ROMERO RODRIGUES

Relator: Deputado JOSÉ NELTO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.919, de 2023, altera o Código de Defesa do Consumidor com a finalidade de vedar a cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço.

A Justificação aponta ser comum que fornecedores concedam período de experimentação gratuito de produtos e serviços. No entanto, “muitas vezes, o consumidor acaba sendo surpreendido com a formalização do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento continuado de produto (assinaturas por recorrência, por exemplo) sem o seu consentimento, quando a sua vontade manifestada era apenas experimentar o produto ou o serviço produto durante o período ofertado gratuitamente”.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última apenas para análise de constitucionalidade e de juridicidade, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).



A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei n.º 4.919, de 2023, tem como objetivo impedir a cobrança automática de produtos e serviços após o término de período de teste ou experimentação. E guarda, portanto, indubitosa pertinência com a defesa do consumidor, auxiliando a concretização de alguns preceitos essenciais das relações de consumo: autonomia da vontade, lealdade, boa-fé, transparência e compatibilização da proteção ao consumidor com os avanços tecnológicos e econômicos.

Com bem pontua a Justificação do Projeto, a prática, comum, de oferecer gratuitamente ao consumidor a experimentação de um produto ou serviço por período determinado, se conduzida com informações claras e com a ciência efetiva e prévia do cliente, pode revelar-se uma estratégia de mercado favorável a ambas as partes da relação de consumo. O consumidor tem a oportunidade de conhecer com maior profundidade o bem e avaliar se corresponde a suas expectativas e necessidades antes de concluir o negócio. O fornecedor, por seu turno, tem a chance de ampliar sua clientela, elevando as probabilidades de contratação, e dispondo de uma vitrine para expor a qualidade dos seus serviços e comercializar outros produtos e serviços de seu portfólio.

A realidade do mercado de consumo brasileiro, contudo, vem revelando que uma parcela significativa de fornecedores tem-se aproveitado desse modelo de negócios para compelir os consumidores à aquisição dos bens de forma enganosa e inadvertida. Oferecem a experimentação gratuita por um certo período e, encerrado o prazo, impõem o pagamento do produto



ou a contratação do serviço – usualmente, de prestação continuada – sem comunicar e sem colher o consentimento expresso do consumidor.

Fornecedores mal-intencionados aproveitam-se da instantaneidade e frequência com que interagimos comercialmente na atual sociedade de consumo, em especial, nos meios digitais, e valem-se da certeza de que muitos usuários do período de teste não perceberão a expiração da gratuidade e somente terão consciência da contratação quando consultarem as faturas de seus cartões de crédito ou débito. Tais fornecedores confiam, também, que, mesmo depois de identificarem as cobranças, alguns consumidores, por falta de disposição de enfrentar os labirintos telefônicos ou digitais para obter o cancelamento, seguirão aderentes ao contrato, ainda que contrariados, a depender da monta do valor envolvido.

Essa imposição furtiva de produtos e serviços constitui comportamento altamente nocivo ao consumidor e explicitamente contrária a preceitos bastante caros de nossa ordem consumerista. Viola-se a autonomia da vontade do consumidor, que tem suprimido seu direito de decidir se deseja ou não contratar ou renovar um serviço. Viola o princípio da informação ampla e adequada do consumidor sobre todos os dados relevantes que envolvem a aquisição do bem. E viola, igualmente, os princípios da transparência e da boa-fé, induzindo o consumidor a erro ou a engano.

Nesse sentido, ao tempo em que louvamos o autor pela oportuna e importante iniciativa, nos posicionamos favoravelmente ao Projeto. Em vista dessas considerações, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei n.º 4.919, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado **JOSÉ NELTO**
Relator

